

## EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O COTIDIANO DA ESCOLA

Ziesmann, Cleusa Inês<sup>1</sup>; LEPKE, Sonize<sup>2</sup>

**Palavras-Chave:** Educação pública. Identidade. Diferenças. Representação.

### Introdução

O presente artigo surgiu a partir das discussões realizadas nas escolas estaduais da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul quanto à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a partir das vivências de professoras da rede pública. Para tanto fizemos uma retomada da Constituição Brasileira até a elaboração da Política Nacional da Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2007 apontando para as orientações legais do fazer da escola.

Ao discutir o espaço que compõe a escola, acabamos por discutir sobre nós, educadoras e sobre as construções que tentamos fazer, narramos as nossas preocupações e falamos do lugar onde estamos. Narramos os conflitos que a instituição vivencia enquanto espaço de conhecimento e ao mesmo tempo, trazemos uma tentativa de questionar ações e práticas sobre o fazer e o ser do/a professor/a. Apoiadas em autores como Silva (2010) que discutimos a diferença e representação do aluno/a que não se enquadra no aluno/a desejado/a pela escola.

Ao fazer apontamentos sobre a diferença do aluno/a, incorremos na concepção de escola, que sofreu mudanças significativas nas últimas décadas, porém em muitas situações as mudanças são negligenciadas. As obras Jannuzzi (2006) e Aranha (1996) permitem retratar a escola que permanece no imaginário dos professores/as. Por outro lado, Martinazzo (2005) e Morin (2010) discutem a necessidade de uma reforma das instituições e das mentes e diante da inviabilidade desta, o papel da escola encontra-se em crise.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI. Docente de Libras na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS no campus de Cerro Largo/RS. [cleusa.ziesmann@uffs.edu.br](mailto:cleusa.ziesmann@uffs.edu.br)

<sup>2</sup> Mestranda em Educação nas Ciências pela UNIJUI. Docente de Libras na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS no campus de Erechim/RS. [sonize.lepke@uffs.edu.br](mailto:sonize.lepke@uffs.edu.br)

As análises iniciais conduzem a discussão sobre a representação dos/as professores/as, direção, funcionários/as quanto ao papel e a quem se destinam a escola. Diante dos discursos percebe-se a incompreensão de que ela não está mais reservada a um pequeno grupo, a escola não cabe mais selecionar os alunos aptos e capazes de dar conta de um currículo formal<sup>3</sup> proposto. Mas, permitir e conduzir a elaboração do saber de todos que estão na escola. Freire (1996) afirma que o educador não ensina apenas através das palavras, mas através de exemplos e atitudes.

Segundo Silva (2001) identidade e representação são construções sociais que podem ser modificadas, desta forma o professor/a ao ensinar, bem como através dos exemplos e as atitudes pode contribuir para outra representação do/a aluno/a com deficiência e das minorias historicamente excluídas da escola.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada aproxima-se a ao método etnográfico, uma vez que resultou das ações desenvolvidas nas escolas da rede estadual da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Resultando assim, de observações, de conversas informais e de entrevistas coletadas nestas instituições de ensino com professores, direção e coordenação pedagógica.

## **Resultados e Discussões**

Não temos a pretensão de apontar resultados com estes breves apontamentos, mas pautamos a discussão no sentido da escola, através dos sujeitos que a compõem, conduzir novas e amplas discussões quanto a sua função e ao mesmo tempo, constituir-se como espaço de aprendizagem para todos/as. Superando assim, a concepção de que ela deve atender apenas a determinados identidades e ao mesmo tempo adequar-se a imposição legal.

---

<sup>3</sup> Currículo formal é aquele descrito no documento das instituições de ensino e que atende a demanda legal.

## Conclusão

O presente artigo não tem a pretensão de apresentar uma forma de constituir os espaços escolares, mas acreditamos que reflexões quanto às questões aqui apresentadas precisam, aos poucos, constituir-se em práticas, pois, como afirma Paulo Freire (2001, p.35) “pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade [...] é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais redondo, menos arestoso, mais humano, [...] é um tempo de possibilidades e não de determinações”.

## Referências bibliográficas

APPLE, M.W. Educação e Poder. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARANHA, M.L.A. História da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.  
2013.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 03 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 abr. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HALL, S. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.

JANNUZZI, G.S.M. *A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. São Paulo: Autores Associados, 2006.

LOPES, M.C. *Problematizando os discursos que constituem a metanarrativa da inclusão escolar*. 2002. Disponível em: <<http://www.humanas.unisinos.br/siapla>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LOPES, M.C.; DAL'IGNA, M.C. *Subjetividade Docente, Inclusão e Gênero*. *Educação & Sociedade*, Campinas, v.33, n.120, p.851-867, jul./set. 2012.

MARTINAZZO, José Celso. *Pedagogia do Entendimento Intersubjetivo*. Ijuí; Ed. Unijui, 2005.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SASSAKI, R.K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R.K. *Terminologia sobre deficiência na era da inclusão*. In: VIVARTA, V. (Org.). *Mídia e deficiência*. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003. p.160-165.

SILVA, T. T. *Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna*. In: SILVA, T.T.; MOREIRA, A.F. (Orgs.). *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.7-38.

\_\_\_\_\_. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.